

EDITAL Nº 010/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0016/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de recapeamento asfáltico em vias públicas urbanas do Município de Tarumã/SP, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), incluindo a execução de serviços preliminares, limpeza e preparação da superfície, pintura de ligação com emulsão asfáltica, aplicação da camada de rolamento com espessura média de 3 cm, compactação, acabamento final, fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e controle tecnológico, em conformidade com o Termo de Referência, Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Mapa de Riscos.

Critério de Julgamento: Menor preço global

Modo de disputa: Aberto e Fechado

Sistema de Registro de Preços: Não

Cota ME / EPP / EQUIPARADAS: Não

Valor estimado: R\$ 450.989,47 (quatrocentos e cinquenta mil novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

Data da sessão: 27 de maio de 2026.

Início da Disputa: 09h00min - Horário de Brasília

Local: <https://licitar.digital/>



Regência: Lei Federal nº 14.133/21 e posteriores alterações.

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO - ÍNDICE

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO LOCAL DE EXECUÇÃO
4. DA VISTORIA
5. DA SUBCONTRATAÇÃO
6. DA PARTICIPAÇÃO
7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
8. REPRESENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO
9. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO
- 10 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DA HABILITAÇÃO
- 13 - DA PROPOSTA FINAL
- 14 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO
- 15 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS
16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
17. DO TERMO DE CONTRATO
18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 19 - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO
- 20- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
- 21- REAJUSTE DE PREÇOS
- 22- DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
- 23- DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA
- 24- GARANTIA DOS SERVIÇOS
- 25 -DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
- 26 - RECEBIMENTO DA OBRA
- 27 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



ANEXOS

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E VISTORIA TÉCNICA;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL E INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO;

ANEXO IV – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA;

ANEXO V – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

ANEXO VI – PROJETO BÁSICO, MEMORAIS, DESENHOS TÉCNICOS E DEMAIS PEÇAS; E

ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / ORÇAMENTO BASE DA ADMINISTRAÇÃO.

ANEXO VIII – MAPA DE RISCO

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO



PROCESSO Nº. 016/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 004/2026
EDITAL Nº. 010/2026

CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – MENOR PREÇO

A Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, 482 - Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373 – 4700, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbano, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando “**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**” do tipo **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, conforme especificado no preâmbulo deste Edital, em conformidade pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal nº 2.884/2023, de 28 de março de 2023 e suas posteriores alterações, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1. PREÂMBULO

1.1. A sessão pública será processada e conduzida pelo Agente de Contratação com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo **PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL** – www.licitardigital.com.br, nos seguintes prazos e condições:

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: dia 27 de maio de 2026, às 09h00.

LOCAL: www.licitardigital.com.br (acesso identificado no link - licitações).

1.2. O fornecedor deverá observar as datas e horários limites previstos para a abertura das propostas atentando-se também para a data e horário para o início da disputa.

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.4. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.5. O edital e seus anexos estão disponíveis através do site www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de recapeamento asfáltico em vias públicas urbanas do Município de Tarumã/SP, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), compreendendo a execução de serviços preliminares, limpeza e preparação da superfície,



pintura de ligação com emulsão asfáltica, aplicação de camada de rolamento com espessura média de 3 (três) centímetros, compactação e acabamento final, incluindo o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, transporte, insumos e controle tecnológico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

2.2 DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza integrada dos serviços e a necessidade de execução completa e funcional do objeto, conforme definido no Projeto Básico e na Planilha Orçamentária.

2.3 DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução será aquele constante no cronograma físico-financeiro, **60 (sessenta) dias** contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em razão de condições climáticas adversas devidamente comprovadas ou outros fatores supervenientes que impactem a execução contratual.

3. DO LOCAL DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços serão executados nas vias públicas urbanas do Município de Tarumã/SP, conforme relação, trechos, quantitativos e especificações técnicas constantes no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais anexos do presente edital.

3.2 A definição dos locais específicos de execução, bem como a ordem de intervenção, observará o cronograma físico-financeiro e as diretrizes estabelecidas pela Administração, podendo ser ajustada conforme necessidades operacionais e condições técnicas verificadas durante a execução contratual.

3.3 DA IDENTIFICAÇÃO DAS VIAS OBJETO DA EXECUÇÃO

Os serviços de recapeamento asfáltico serão executados nas seguintes vias públicas urbanas do Município de Tarumã/SP, conforme projeto técnico:

I – Rua das Carpas, no trecho compreendido entre a Avenida Jaú e a Rua Tucunaré;

II – Rua Piauí, no trecho compreendido entre a Rua Goiás e a Rua Bahia;

III – Rua Tapajós, no trecho compreendido entre a Avenida Jaú e a Rua Tucunaré;

IV – Rua Goiás, no trecho compreendido entre a Rua Mato Grosso e a Avenida Flamboyants;

V – Rua dos Lambaris, no trecho compreendido entre a Avenida Jaú e a Rua Tucunaré.

Parágrafo único. As áreas, dimensões e demais especificações técnicas encontram-se detalhadas no Projeto Básico, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária, que integram o presente edital.

4. DA VISTORIA

4.1. A vistoria técnica tem por finalidade propiciar às licitantes o pleno conhecimento das condições locais de execução dos serviços, incluindo características físicas, peculiaridades do imóvel e demais elementos que possam influenciar na formulação da proposta.



4.2. A realização da vistoria técnica é facultativa, não constituindo condição de habilitação, cabendo à licitante avaliar sua conveniência e responsabilidade na obtenção das informações necessárias à elaboração de sua proposta.

4.3. As licitantes interessadas poderão realizar vistoria técnica, por intermédio de representante legal ou profissional habilitado, devidamente credenciado, com capacidade técnica para análise das condições do local.

4.4. O período para realização da vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente à publicação do edital e encerrar-se-á no dia útil anterior à data da sessão pública, devendo ser previamente agendada junto ao Setor de Engenharia, por meio do telefone (18) 3373-4700, ramal 5914, sendo realizada de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 16h00, acompanhada por servidor designado pela Administração.

4.5. No ato da vistoria, o representante da licitante deverá apresentar documento de identificação oficial e documento que comprove sua vinculação à empresa, podendo ser exigida a apresentação de credencial ou autorização formal.

4.6. A licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, **Declaração de Pleno Conhecimento das Condições do Local e Execução dos Serviços**, firmada por seu responsável técnico, atestando que possui conhecimento suficiente das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade por sua proposta.

4.7. A não realização da vistoria não poderá ser invocada como fundamento para pedidos de alteração contratual, reequilíbrio econômico-financeiro ou quaisquer alegações de desconhecimento das condições locais, presumindo-se que a licitante tomou ciência de todas as informações necessárias à adequada execução do objeto.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. A subcontratação será admitida **apenas para parcelas acessórias e secundárias do objeto**, desde que não comprometam a integralidade técnica, a qualidade e a responsabilidade pela execução contratual, permanecendo a contratada como única responsável perante a Administração.

5.2. É vedada a subcontratação da totalidade do objeto, bem como das parcelas consideradas essenciais à execução dos serviços, especialmente aquelas que exijam responsabilidade técnica direta do profissional indicado na fase de habilitação.

5.3. A subcontratação dependerá de **prévia e expressa autorização da Administração**, devendo a contratada apresentar a qualificação técnica da subcontratada, quando exigível, para fins de análise e aprovação.

5.4. A contratada responderá integralmente pelos atos praticados pela subcontratada, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança do trabalho.

5.5. A subcontratação não implicará qualquer relação jurídica entre a Administração e a subcontratada, vedada a formação de vínculo direto, permanecendo íntegra a responsabilidade contratual da contratada principal.



6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Condições de Participação

6.1.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas regularmente constituídas no País, cujo objeto social seja compatível com o objeto da contratação, devidamente credenciadas no sistema eletrônico indicado neste Edital e que atendam integralmente às condições nele estabelecidas.

6.1.2. A participação na licitação implica aceitação plena e irrevogável de todas as condições do edital e seus anexos, bem como a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

6.2. Vedações à Participação

6.2.1. Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

I – o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, bem como empresa integrante do mesmo grupo econômico;

II – empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, sócio com participação relevante, responsável técnico ou mantenha vínculo direto;

III – pessoa jurídica suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – licitante que atue com o propósito de fraudar sanção administrativa, inclusive por intermédio de empresas controladoras, controladas ou coligadas;

V – aquele que mantenha vínculo com agente público responsável pelo certame, pela fiscalização ou gestão do contrato, incluindo cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;

VI – empresas que participem entre si sob controle comum, nos termos da legislação societária;

VII – pessoa jurídica condenada, nos últimos 5 (cinco) anos, por exploração de trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou contratação irregular de adolescentes;

VIII – cooperativas de trabalho, quando incompatíveis com a execução do objeto, nos termos da legislação aplicável.

6.3. Participação em Apoio Técnico

6.3.1. A vedação prevista nos incisos I e II do item 6.2 não impede a participação dos referidos agentes exclusivamente em atividades de apoio técnico, desde que sob supervisão direta da Administração e sem prejuízo à isonomia do certame.

6.4. Participação Direta e Indireta

6.4.1. Considera-se participação indireta qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o licitante e o autor do projeto ou agentes envolvidos na contratação.

6.4.2. As disposições deste item aplicam-se, no que couber, ao Agente de Contratação e à equipe de apoio.



6.5. Apresentação de Propostas

6.5.1. Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta, sendo vedada a participação simultânea em mais de uma proposta, ainda que por intermédio de empresas vinculadas.

6.5.2. As propostas e documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.5.3. Até a abertura da sessão pública, o licitante poderá substituir ou retirar sua proposta.

6.6. Procedimentos no Sistema Eletrônico

6.6.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação dar-se-á mediante utilização de chave de acesso e senha pessoal, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante o seu sigilo.

6.6.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, assumindo os riscos decorrentes de eventual desconexão.

6.6.3. Os documentos do licitante melhor classificado serão disponibilizados para análise após o encerramento da fase de lances.

6.6.4. Poderão ser solicitados documentos complementares, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

6.7. Documentos e Validade

6.7.1. Somente será exigida a apresentação de documentos originais quando houver dúvida quanto à autenticidade dos documentos digitais.

6.7.2. Quando solicitado, o licitante deverá apresentar os documentos originais ou autenticados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

6.7.3. Os documentos deverão estar em nome da matriz ou filial participante, conforme o caso, ressalvadas as exceções legais.

6.7.4. Documentos em língua estrangeira deverão ser acompanhados de tradução juramentada.

6.8. Julgamento e Inabilitação

6.8.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão para análise dos documentos, informando nova data e horário no sistema eletrônico.

6.8.2. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com este Edital.

7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



7.1. Declaração de Enquadramento

7.1.1. Para fins de fruição dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante deverá declarar, no sistema eletrônico, quando do envio da proposta:

I – que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte;

II – que, no exercício financeiro vigente, não ultrapassou os limites legais de receita bruta para manutenção do enquadramento.

7.1.2. A ausência das declarações implicará **renúncia tácita** ao tratamento diferenciado, não sendo possível sua posterior alegação.

7.2. Direito de Preferência (Empate Ficto)

7.2.1. Considera-se empate, para fins de aplicação do tratamento favorecido, a existência de proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte com valor até **10% (dez por cento)** superior à melhor proposta classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por ME/EPP.

7.2.2. Nessa hipótese, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, no prazo máximo de **5 (cinco) minutos**, contado da convocação automática pelo sistema, sob pena de preclusão.

7.2.3. Não sendo exercido o direito de preferência, serão convocadas as demais licitantes enquadradas como ME/EPP, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

7.2.4. Na ausência de licitantes enquadradas como ME/EPP aptas ao exercício do direito de preferência, o objeto será adjudicado à proposta originalmente vencedora.

7.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

7.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação de habilitação, ainda que contenha restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

7.3.2. Constatada a existência de restrição, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital, facultando-se à Administração a convocação dos licitantes remanescentes.

7.4. Disposições Complementares

7.4.1. Os benefícios previstos nesta cláusula não se aplicam quando a melhor proposta já houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.4.2. Não se aplica o tratamento favorecido nas hipóteses previstas no art. 4º, §1º, II, da Lei nº 14.133/2021.

8. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO



8.1. A Concorrência Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

8.2. - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitardigital (www.licitardigital.com.br).

8.3.- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Tarumã/SP, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

8.4. - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a Concorrência Eletrônica.

8.5. - A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

8.6. - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

8.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

8.7.1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.7.2. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei no 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da CF/88;

8.7.3. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

8.7.4. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

8.7.5. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;



8.7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

9. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.2. Os licitantes apresentarão suas propostas mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1. Carta de Apresentação da Proposta, conforme Anexo, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

9.2.2. Orçamento discriminado, elaborado em conformidade com a estrutura da planilha orçamentária de referência da Administração, vedado o acréscimo, supressão ou alteração de itens e quantitativos previstos, devendo o licitante apresentar preços unitários e preço global para os materiais e serviços, bem como o valor total da proposta, expresso em moeda corrente nacional. Os preços apresentados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução do objeto, inclusive materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas administrativas, equipamentos, transporte, seguros, tributos e demais ônus incidentes, não sendo admitida, após a abertura da sessão pública, qualquer alegação de omissão de custos ou erro na composição dos preços apresentados.

a) Condições de pagamento, conforme especificado no item 19 deste Edital;

b) Prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias contados da data de sua abertura;

c) Prazo de entrega, conforme especificado neste edital;

d) Mão de obra, ferramentas e equipamentos auxiliares para execução dos serviços serão por conta do contratado.

9.3. Os preços apresentados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado da Administração, admitindo-se o reajuste após esse período, caso haja prorrogação contratual ou execução superior a 12 (doze) meses, mediante aplicação do índice INCC – Índice Nacional de Custo da Construção acumulado do período de 12 (doze) meses anterior, previsto neste Edital e no instrumento contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. Os preços apresentados englobam todos os custos diretos e indiretos relativos ao atendimento do objeto desta licitação incluindo, entre outros, todas as taxas, tributos e impostos, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, viagens, refeições, estadias, fretes, etc.

9.5. Serão rejeitadas parcial ou totalmente, as propostas ou itens que contenham rasuras.



9.6. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.7. A proposta depois de aberta ficará vinculada à licitação pelo seu prazo de validade, não sendo admitidas quaisquer inclusões ou alterações no sentido de se sanar falhas ou omissões, assim como não será permitida a sua retirada ou desistência por parte do proponente.

9.8. O orçamento-base da Administração foi elaborado considerando a composição de custos diretos e indiretos, encargos sociais e demais despesas incidentes sobre a execução do objeto, incluindo o Benefício e Despesas Indiretas – BDI, já incorporado aos valores estimados constantes da planilha orçamentária. O licitante deverá elaborar sua proposta observando a estrutura e os quantitativos do orçamento-base, sendo vedada a alteração dos itens e quantidades previstos, admitindo-se apenas a apresentação de preços unitários e global próprios, considerados incluídos todos os custos necessários à execução integral do objeto, não sendo admitida a apresentação de BDI em apartado ou em desacordo com a metodologia adotada pela Administração.

9.9. A proposta deverá ser inserida na plataforma www.licitardigital.com.br pelo interessado ou representante legal **até às 09h00min. do dia 27 de maio de 2026.**

9.10. Até a data e hora marcadas como fim do recebimento de propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades.

9.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.14. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

10. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2 - O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos



neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

10.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

10.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.11 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00. (dez reais).

10.12 - Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa "aberto e fechado".

10.13 – Do modo de disputa aberto e fechado seguirá a seguinte ordem de etapas:

10.13.1 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;

10.13.2 – Vencido o prazo previsto no inciso anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;

10.13.3 – Encerrada a recepção de lances, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;

10.13.4 Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o item 10.13.2 Os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;



10.13.5 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 10.13.2 e 10.13.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade;

10.13.6 – Se não houver lance final e fechado classificado nos termos dos itens 10.13.2 e 10.13.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 10.13.4;

10.13.7 – Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao edital.

10.14 - Encerrada a fase competitiva **sem que haja a prorrogação automática pelo sistema**, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.15 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

10.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.17 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.18 - No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.21 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

10.22 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.23 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada,



no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.24 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.25 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.26 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.27 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 e incisos da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

10.28.1 - produzidos no país;

10.28.2 - produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

10.28.3 - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.28.4 - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.29 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.30 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.31 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.32 - Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



10.33 - Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

12.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de **certidão expedida conjuntamente** pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;
- c) Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Estadual** da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
- c.1) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das



Certidões emitidas pela Secretaria da **Fazenda** (débitos não inscritos) e pela **Procuradoria Geral do Estado** (débitos inscritos em dívida ativa).

d) Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Municipal** da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

e) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão que prove a regularidade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

12.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou apresentação do Plano de Recuperação homologado pelo judiciário em pleno vigor, nos termos da Súmula TCESP nº 50;

b) **Balanco Patrimonial** e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei (devidamente registrado no órgão competente) e, quando se tratar de sociedade por ações, devidamente publicado na imprensa oficial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, aceitando-se a apresentação de Balanço de Abertura para as licitantes com menos de 01 (um) ano de existência;

b.1) Demonstrativo dos índices econômico-financeiros a seguir mencionados, extraídos do balanço referido no subitem "b":

b.1.1) Índice de Liquidez Corrente (LC), igual ou maior que 1,00 (um), obtido através da seguinte fórmula:

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

b.1.2) Índice de Endividamento (EN) inferior à 0,50, obtido através da seguinte fórmula, nos termos do entendimento jurisprudencial TCESP:

$$EN = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL EM LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL EM LONGO PRAZO}}$$



ATIVO TOTAL

b.1.3) Índice de Liquidez Geral (LG), igual ou maior do que 1,00 (um), obtido através da seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

c) Capital Social mínimo, já integralizado, equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o § 4º do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4 Qualificação técnica

a) Certidão de registro da empresa e de seu responsável técnico no conselho profissional competente, conforme a formação, habilitação e atribuições legais do responsável técnico indicado, admitindo-se CREA, CAU, CFT/CRT ou outro conselho profissional legalmente competente, desde que compatível com o objeto da licitação e em plena validade.

b) Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado(s) ou acompanhado(s) do respectivo documento de responsabilidade técnica perante o conselho profissional competente, quando exigível, que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação, devendo contemplar, no mínimo, quantitativos correspondentes a **50% (cinquenta por cento)** dos itens de maior relevância técnica e valor significativo da planilha orçamentária, especialmente:

- execução de recapeamento asfáltico com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ);
- execução de pintura de ligação com emulsão asfáltica (imprimação);
- execução de serviços de preparo de superfície para pavimentação (limpeza, varrição e correções);

c) Comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de atestado(s) acompanhado(s) de Certidão de Acervo Técnico — CAT, Certidão de Acervo Profissional ou documento equivalente emitido pelo conselho profissional competente, acompanhado do respectivo documento de responsabilidade técnica, quando aplicável, em nome de profissional legalmente habilitado e integrante do quadro técnico da empresa, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação.

d) Comprovação de que a empresa dispõe de responsável técnico devidamente habilitado, com registro regular no conselho profissional competente e atribuições legais compatíveis com o objeto licitado, o qual responderá pela execução dos serviços, devendo integrar o quadro técnico da empresa na data prevista para entrega da proposta.

e) Declaração da licitante indicando profissional legalmente habilitado, com registro no conselho profissional competente e atribuições compatíveis com o objeto licitado, para atuar como responsável técnico pelos serviços.

f) O vínculo profissional poderá ser comprovado mediante contrato social, registro em carteira, ficha de empregado, contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou outro documento idôneo, sendo admitida a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos legais e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

g) A admissão de profissionais vinculados ao Sistema CFT/CRT ou a outro conselho profissional competente não afasta a necessidade de comprovação da efetiva atribuição



profissional para execução do objeto, cabendo à licitante demonstrar que a empresa e o responsável técnico indicado possuem registro regular, atribuição legal compatível, acervo técnico pertinente e capacidade para execução dos serviços licitados.

h) Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitações de documentos" em substituição aos documentos exigidos, inclusive no que se refere às certidões, registros profissionais, documentos de responsabilidade técnica e acervos técnicos.

i) Declaração de Visita Técnica expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, quando realizada, ou declaração formal da licitante de que possui pleno conhecimento das condições locais de execução do objeto e de que assume integral responsabilidade pela formulação de sua proposta.

12.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração de que a licitante cumprirá o teor disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, bem como as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus funcionários;

b) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação;

c) Declaração de desimpedimento em contratar com a administração pública;

d) Declaração de concordância com os termos e condições do Edital, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos;

e) Declaração da licitante indicando Engenheiro responsável para os serviços licitados;

f) Declaração individual subscrita pelos profissionais responsáveis indicados, autorizando/concordando com sua indicação.

g) – Declaração de que está em cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63, IV da Lei Federal 14.133/21.

h) Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar declaração, que ateste, sob as penas da lei, o enquadramento da empresa nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

12.6 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

12.7 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.



12.9 Fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

12.10 O Agente de Contratação poderá solicitar esclarecimentos e informações adicionais para dirimir dúvidas que, a seu exclusivo critério, venham a surgir no exame da documentação apresentada, sendo, porém, expressamente vedada a anexação posterior de documento de habilitação que deveria constar no sistema.

12.11 O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

13 - DA PROPOSTA FINAL

13.1. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será automaticamente atualizada pelo sistema eletrônico.

13.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.3.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6 - Cronograma Físico-Financeiro, contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, preenchido pelo licitante de acordo com o modelo previsto no Anexo V , e observando os parâmetros informados pela Administração no Anexo VII.

13.7. Número da conta corrente/poupança para eventual pagamento dos serviços.

13.8. Planilha Orçamentária com BDI e Cronograma Físico Financeiro do serviço.

14 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO



14.1. Até 03 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório.

14.1.1. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação até 03 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por meio do sistema eletrônico LICITAR DIGITAL, via Internet, no endereço www.licitardigital.com.br.

14.1.2. Os esclarecimentos e eventuais retificações serão efetuados e disponibilizados no endereço eletrônico acima mencionado.

14.1.2.1. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega das propostas, o Agente de Contratação poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do Edital que não influenciem na elaboração das propostas de preços. Estas modificações serão feitas mediante a emissão de errata, e será publicada no site da Prefeitura Municipal de Tarumã e no endereço eletrônico acima mencionado.

14.1.3. Não serão reconhecidas impugnações do Edital fora dos respectivos prazos legais.

14.2. Acolhida a impugnação contra o Edital que implique em alteração do mesmo, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

15 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº. 14.133/21, devendo o licitante se manifestar depois de declarado o vencedor da disputa pelo Agente de Contratação. O Sistema aceitará a intenção do licitante, nos 10 (dez) minutos imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor. O fornecedor desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso naquele momento.

15.1.1. O recorrente manifestará sua intenção com registro da síntese de suas razões, devendo juntar memoriais no prazo de três (03) dias úteis, ficando os demais licitantes convocados a apresentar contrarrazões em igual número de dias (03), que contarão a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.1.2. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Agente de Contratação.

15.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação ao vencedor.

15.3. O recurso contra decisão do Agente de Contratação não terá efeito suspensivo.

15.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



15.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente.

16.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17. DO TERMO DE CONTRATO

17.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar e devolver o contrato.

18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. A fiscalização da execução contratual ficará a cargo do órgão ou entidade através do Senhor **Sirlan Aparecido Ribeiro**, Cargo Coordenador de Programas, atuando como fiscal do contrato.

18.2 Os serviços deverão ser acompanhados por servidores designados pela Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços, aos quais competirá a GESTÃO e FISCALIZAÇÃO dos mesmos.

18.3 As atribuições do GESTOR DE CONTRATO serão conforme o art. 4º da Resolução GP – 21/2018 ou por norma que vier a substituí-la.

18.4 As atribuições dos FISCAIS TÉCNICOS serão conforme o art. 6 da Resolução GP – 21/2018 ou por norma que vier a substituí-la.

18.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

18.6 A fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

18.7. A CONTRATADA deverá seguir estritamente as disposições do DECRETO MUNICIPAL nº. 3.194/2025, de 04 de fevereiro de 2025, que Dispõe sobre a instituição de “Diário de Obras” para obras públicas municipais realizadas pelo poder público municipal e para obras em regime de execução por empreitada global contratadas pelo município.

19 - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO



19.1. O pagamento será efetuado mediante medições periódicas dos serviços efetivamente executados, conforme os quantitativos apurados pela fiscalização e em estrita observância à planilha orçamentária contratual.

19.2. As medições deverão ser atestadas pelo fiscal do contrato, designado pela Administração, após verificação da conformidade dos serviços com as especificações técnicas previstas no Projeto Básico e no Termo de Referência.

19.3. O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data do atesto da medição e da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente regular.

19.4. A nota fiscal deverá estar acompanhada dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como dos demais documentos exigidos contratualmente.

19.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

19.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta indicada pela contratada, após o cumprimento integral das condições estabelecidas neste Edital e no contrato.

19.7. Poderão ser efetuadas retenções tributárias na forma da legislação vigente, especialmente quanto aos tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a contratação.

19.8. Não será efetuado pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

19.9. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os valores devidos serão atualizados monetariamente, conforme índice previsto no contrato, acrescidos de juros legais, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

20- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

20.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município (Recurso Municipal e Estadual).

4.4.90.51 – 15.451.0015.1007- 4.4.90.51 - 982(5) – Obras e Instalações -- R\$ 450.000,00

4.4.90.51 – 15.451.0015.1007- 4.4.90.51 - 982– 981 (1) – Obras e Instalações -- R\$ 989,47

Convênio: TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - Demanda 071725 - Emenda Unitária 2024.068.57285 -

Mauro Bragato - R\$ - 471.044,50 – RECAPEAMENTO ASFALTICO DE VIAS

21. REAJUSTE DE PREÇOS



21.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado pela Administração.

21.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção – FGV), ou outro que venha a substituí-lo, observado o disposto no art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

21.3. O reajuste será concedido mediante solicitação da contratada, devidamente instruída, e dependerá de prévia análise e aprovação da Administração.

21.4. O reajuste não se confunde com a revisão contratual para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, que poderá ocorrer a qualquer tempo, nas hipóteses legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

22. DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1 Em casos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, a contratada deverá providenciar requerimento formal devidamente justificado, que será posteriormente analisado pelos setores competentes, observado o estabelecido na Lei nº 14.133/21.

22.2 A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

22.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato, mediante requerimento devidamente fundamentado e instruído com prova do fato superveniente que tenha onerado excessivamente a execução contratual, nos termos dos arts. 124, inciso II, alínea "d", cabendo à Administração a análise técnica e decisão motivada acerca do pleito.

23. DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

23.1. O não cumprimento de quaisquer exigências contidas na legislação em vigor ou nas condições contratuais pactuadas sujeitará a Contratada às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores, especialmente nos artigos 155 e 156:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



23.2. A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

23.3. A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

23.4. A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.5. A multa de que trata o subitem 23.1. deste Edital somente poderá ser relevada, quando os fatos geradores da penalidade decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da Contratada e quando aceitos, justifiquem o atraso. Na hipótese de aplicação de multa, é assegurado à PREFEITURA o direito de optar pela dedução do respectivo valor sobre qualquer pagamento a ser efetuado à empresa CONTRATADA, utilizar a caução de garantia de contrato ou se não tiver saldo, inscrever na Dívida Ativa do Município.

23.6. A licitante estará ainda sujeita às demais penalidades previstas na Lei 14.133/21 e posteriores alterações.

24. GARANTIA DOS SERVIÇOS

24.1 Todos os serviços prestados deverão gerar um relatório detalhado que funcionará como memória técnica, para efeito de garantia de serviços, assinado pelo Fiscal, para fins de acervo técnico e guarda de informações técnicas que venham a ocasionar defeitos.

24.2 A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo legal de garantia de 05 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho realizado, conforme art. 618 do Código Civil e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) contado da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

24.3 A Contratada obriga-se, ainda, a garantir os sistemas, elementos, componentes e instalações da obra em consonância com o disposto na NBR 15.575/2013 e NBR 17.170/22, da ABNT.

24.4 As medidas corretivas pertinentes às solicitações de cumprimento de garantia deverão ser providenciadas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, salvo quando se tratar de situações emergenciais, que coloquem em risco a integridade física das pessoas, quando as providências deverão ser adotadas no prazo de 24 horas da solicitação.

25. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

25.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, podendo optar por uma das



seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

25.1.1. A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da homologação da licitação e anterior a assinatura do contrato, observado o disposto no art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

25.1.2. A eficácia do contrato poderá ficar condicionada à apresentação da garantia, quando exigido pela Administração, nos termos da legislação aplicável.

25.2. A garantia prestada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou, quando for o caso, após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, observadas as disposições legais pertinentes.

25.3. O CONTRATANTE promoverá a liberação ou restituição da garantia no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da emissão do termo de recebimento definitivo do objeto, mediante requerimento da CONTRATADA, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

25.4. Na hipótese de alteração do valor contratual em decorrência de acréscimos quantitativos, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia, de forma a manter o percentual originalmente estabelecido, no prazo a ser fixado pela Administração.

25.5. Quando a proposta apresentada pelo licitante vencedor for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado da contratação, será exigida garantia adicional, correspondente à diferença entre o valor da proposta e o valor estimado pela Administração, nos termos do art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, a ser apresentada no mesmo prazo previsto no item 25.1.1.

26. RECEBIMENTO DA OBRA

26.1 Após concluídos, os serviços serão recebidos pela Fiscalização da Secretaria de Obras, em estreita conformidade com as condições estabelecidas neste projeto básico. A Contratada deverá requerer a realização de VISTORIA para fins de RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

26.2 O requerimento da vistoria deverá ser feito dentro do prazo contratual, sob pena de caracterizar mora na prestação dos serviços, sujeita às penalidades previstas em contrato.

26.3 A vistoria será efetuada pela Fiscalização no prazo de até 15 (quinze) dias corridos do seu requerimento. Tendo por concluída a obra, a Fiscalização emitirá, naquela data, o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA OBRA, circunstanciado e assinado pelas partes.

26.4 Sendo constatada na VISTORIA a não conclusão integral da obra, volta-se a fluir o prazo legal para a conclusão dos serviços ou, caso findo o prazo, poderá incidir mora na prestação.

26.5 O recebimento definitivo da obra se fará por servidor ou comissão designados pela Administração, mediante termo circunstanciado (Termo de Recebimento Definitivo da Obra), no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após satisfeitas as seguintes condições:



26.5.1 vistoria que comprove a ausência de vícios na execução da obra, a ser efetuada no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório da Obra;

26.5.2 entrega, pela Contratada, dos documentos emitidos por terceiros, como: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários da Obra - CND, emitida pela Receita Federal, Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros e o HABITE-SE, emitido pela Prefeitura de Tarumã/SP.

26.6 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

26.7 O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior estabelecido em normas técnicas brasileira vigentes, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

26.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A CONTRATADA responderá integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, inclusive aqueles decorrentes de impactos à vizinhança, resultantes de dolo ou culpa na execução do objeto, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização exercida pela Administração, tampouco por eventual subcontratação autorizada.

27.2. As atas das sessões públicas serão geradas eletronicamente pelo sistema, após o encerramento do certame, e deverão conter, no mínimo, o registro dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise dos documentos de habilitação, das manifestações de intenção de recurso, quando houver, do julgamento dos recursos interpostos e da adjudicação do objeto.

27.3. Os demais atos do procedimento licitatório serão devidamente formalizados e registrados nos autos do processo administrativo correspondente.

27.4. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos deste Edital e de seus anexos, vinculando o licitante às condições nele estabelecidas.

27.5. A apresentação de documento falso ou a prestação de informações inverídicas ensejará a desclassificação do licitante, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

27.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os interessados.



27.7. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade competente promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

27.8. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e as demais peças que compõem o processo licitatório, prevalecerão as disposições deste instrumento convocatório.

27.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e expirando-se exclusivamente em dias de expediente no âmbito da Administração Pública.

27.10. Todas as referências de tempo observarão o horário oficial de Brasília/DF, devendo ser registradas no sistema eletrônico e nos documentos relativos ao certame.

27.11. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal medida, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, assegurado o devido processo legal.

27.11.1. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato eventualmente celebrado, respeitados os direitos do contratado de boa-fé.

27.11.2. Na hipótese de anulação, o contratado de boa-fé terá direito à indenização pelos encargos comprovadamente suportados, nos termos da legislação vigente.

27.12. Até a assinatura do contrato, a Administração poderá desclassificar proposta ou inhabilitar licitante, mediante decisão motivada, caso venha a ter conhecimento de fato superveniente que comprometa sua idoneidade ou capacidade de execução.

27.13. O adjudicatário será convocado para assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

27.14. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legais.

27.15. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

27.16. A Administração poderá revogar a licitação, inclusive após a adjudicação, desde que devidamente motivada por razões de interesse público superveniente, não cabendo aos licitantes direito à indenização, ressalvados os casos previstos em lei.

27.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Minuta de Contrato
- Anexo II – Declaração de Conhecimento e Vistoria Técnica



- Anexo III – Declaração de Capacidade Técnico-Operacional
- Anexo IV – Carta de Apresentação da Proposta
- Anexo V – Cronograma Físico-Financeiro
- Anexo VI – Projeto Básico e demais peças técnicas
- Anexo VII – Planilha Orçamentária
- Anexo VIII – Mapa de Risco
- Anexo IX – Modelo de Declarações
- Anexo X – Procuração

27.18. A CONTRATADA será responsável pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e sociais decorrentes da execução do contrato, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Administração.

27.19. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis/SP para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta licitação, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Tarumã SP, 07 de maio de 2026.

EDENILSON FRAZÃO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE,
OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ



ANEXO I - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSISTENTES NO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ/SP, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE TARUMÃ, E, DE OUTRO, A EMPRESA CONTRATADA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Secretário Municipal a Senhor _____, portador da Cédula de Identidade RG nº ____-____-____ XXX/XX e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº ____-____-____, simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, e Inscrição Estadual nº _____, com sede a Rua _____ nº _____ - _____, no município de _____, Estado de _____, neste ato representado por seu representante legal o Senhor _____, portador da Cédula de Identidade (RG) nº _____, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº _____, simplesmente denominada CONTRATADA, celebram o presente, em observância a Concorrência Eletrônica nº. XXX/2026, homologado em _____, com fulcro na Lei nº. 14.133, de 21 de abril de 2021 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia consistentes no recapeamento asfáltico de vias públicas urbanas do Município de Tarumã/SP, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), compreendendo a execução de serviços preliminares, limpeza e preparação da superfície, pintura de ligação com emulsão asfáltica, aplicação de camada de rolamento com espessura média de 3 (três) centímetros, compactação e acabamento final, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto, conforme especificações constantes no Projeto Básico, Termo de Referência, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA

2.1. O presente contrato vincula-se integralmente ao Edital da Concorrência Eletrônica nº ____/2026, ao Processo Administrativo nº ____/2026, ao Projeto Básico, ao Termo de Referência, à proposta da contratada e a todos os demais documentos que integram o procedimento licitatório, independentemente de transcrição.

2.2. Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, como se nele estivessem transcritos:

I – o Edital e seus anexos;



II – o Projeto Básico e o Termo de Referência;

III – a proposta da contratada;

IV – a planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro, quando aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, sob o regime de **empreitada por preço global**, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. No regime de empreitada por preço global, a contratada assume a responsabilidade pela execução integral do objeto, pelo preço previamente ajustado, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, tributos e demais despesas correlatas.

3.3. Eventuais variações quantitativas ou omissões na proposta não ensejarão acréscimos automáticos ao valor contratado, ressalvadas as hipóteses legais de alteração contratual previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), correspondente à execução integral do objeto, conforme proposta vencedora.

4.2. Da Medição e Pagamento

4.2.1. O pagamento será efetuado mediante medições periódicas dos serviços efetivamente executados, devidamente atestadas pela fiscalização do contrato.

4.2.2. A contratada deverá apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura, acompanhada da documentação exigida, para fins de instrução do processo de liquidação da despesa.

4.2.3. O pagamento será realizado no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do atesto da medição e da regular apresentação da documentação.

4.3. Das Retenções Tributárias (INSS e ISS)

4.3.1. O Município promoverá a retenção da contribuição previdenciária (INSS), quando aplicável, nos termos da legislação vigente, especialmente conforme as disposições da Lei nº 8.212/1991 e regulamentações correlatas.

4.3.2. Será efetuada a retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, nos termos da legislação tributária municipal.

4.3.3. A retenção do ISS incidirá, como regra, sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, sendo admitido o abatimento da base de cálculo exclusivamente nas hipóteses em que houver comprovação cumulativa, pelo contratado, de que:

I – os materiais foram produzidos fora do local da prestação dos serviços;

II – houve efetiva circulação econômica da mercadoria, caracterizando operação autônoma;

III – ocorreu a incidência de ICMS sobre tais materiais;

IV – foram apresentadas notas fiscais idôneas, com destaque do ICMS, aptas a comprovar a operação mercantil.

4.3.4. Não será admitido o abatimento de valores relativos a materiais produzidos no próprio local da obra ou serviço, tampouco daqueles desacompanhados de documentação fiscal idônea ou sem comprovação da incidência de ICMS.



4.3.5. O disposto neste item observa o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a exclusão de materiais da base de cálculo do ISS somente é admitida quando demonstrada a existência de operação mercantil autônoma, sujeita à incidência de ICMS, não se aplicando aos materiais empregados diretamente na execução do serviço.

4.3.6. Na ausência da comprovação prevista neste item, a retenção do ISS incidirá sobre o valor integral da Nota Fiscal/Fatura.

4.4. Da Vedação ao Pagamento Antecipado

4.4.1. Não será admitido pagamento antecipado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Da Regularidade Fiscal

4.5.1. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

4.5.2. A existência de débitos junto à Fazenda Municipal poderá ensejar a suspensão do pagamento, nos termos da legislação aplicável.

4.6. Forma de Pagamento

4.6.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de transferência bancária em conta indicada pela contratada.

4.7. Documentação para Pagamento

4.7.1. Para cada medição, a contratada deverá apresentar:

- Boletim de medição assinado pelo responsável técnico;
- Nota fiscal/fatura correspondente;
- Comprovação de regularidade junto ao FGTS;
- Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão de regularidade estadual;
- Certidão de regularidade municipal (sede da empresa);
- Comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias, **preferencialmente via eSocial/DCTFWeb**, quando aplicável.

4.7.2. Poderão ser exigidos outros documentos necessários à comprovação da regular execução contratual, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O contrato poderá ser alterado, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, mediante acréscimos ou supressões quantitativas no objeto, devidamente justificados e formalizados pela Administração.

5.2. Os acréscimos ou supressões de que trata o item anterior ficam limitados a até 25% **(vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

5.3. No caso específico de reforma de edifícios ou equipamentos, os acréscimos poderão atingir o limite de **até 50% (cinquenta por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação aplicável.

5.4. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, precedidas de justificativa técnica e autorização da autoridade competente.

5.5. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, dentro dos limites legais estabelecidos.



CLÁUSULA SEXTA DO REAJUSTE DE PREÇOS

6.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado pela Administração.

6.2. Após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional de Custo da Construção – FGV), ou outro que venha a substituí-lo, observadas as disposições do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

6.3. O reajuste dependerá de solicitação formal da contratada e de prévia análise e aprovação pela Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

7. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das Dotações Orçamentárias, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

4.4.90.51 – 15.451.0015.1007- 4.4.90.51 - 982(5) – Obras e Instalações

4.4.90.51 – 15.451.0015.1007- 4.4.90.51 - 982– 981 (1) – Obras e Instalações

Convênio: TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - Demanda 071725 - Emenda Unitária 2024.068.57285 -

Mauro Bragato - RECAPEAMENTO ASFALTICO DE VIAS

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, o Edital, seus anexos, o Projeto Básico, o Termo de Referência e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. O presente contrato rege-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

8.3. Das Obrigações da Contratada

Sem prejuízo das demais obrigações legais e contratuais, compete à CONTRATADA:

8.3.1. Executar integralmente os serviços descritos na planilha orçamentária, observando as especificações técnicas constantes do Projeto Básico e demais anexos;

8.3.2. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, transporte e demais despesas necessárias, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração;

8.3.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

8.3.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização;



- 8.3.5. Cumprir rigorosamente os prazos de execução e o cronograma físico-financeiro estabelecido;
- 8.3.6. Apresentar, previamente ao início dos serviços, a relação nominal de seu corpo técnico, devidamente habilitado, para aprovação da fiscalização;
- 8.3.7. Cumprir integralmente as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, garantindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC), podendo a Administração suspender os serviços em caso de descumprimento, sem prejuízo dos prazos contratuais;
- 8.3.8. Responsabilizar-se pela qualidade e exatidão dos serviços executados, inclusive quanto a eventuais subcontratações autorizadas;
- 8.3.9. Providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, o registro da ART, RRT, TRT ou documento equivalente de responsabilidade técnica, junto ao respectivo conselho profissional competente, conforme a formação, habilitação e atribuições legais do responsável técnico indicado, apresentando cópia à fiscalização.
- 8.3.10. Submeter à aprovação da fiscalização, quando solicitado, amostras dos materiais a serem utilizados na execução dos serviços;
- 8.3.11. Observar as normas técnicas da ABNT aplicáveis à execução de obras e serviços de engenharia, bem como as normas ambientais e de sustentabilidade;
- 8.3.12. Sanar, após o recebimento provisório e até o definitivo, todas as irregularidades apontadas pela fiscalização;
- 8.3.13. Gerenciar e dar destinação adequada aos resíduos gerados, atendendo às exigências ambientais e prestando informações quando solicitado;
- 8.3.14. Abster-se de empregar, na execução do contrato, pessoas que se enquadrem nas hipóteses de impedimento previstas no art. 9º da Lei nº 14.133/2021, inclusive parentes de agentes públicos envolvidos no certame ou na gestão contratual;

8.4. Dos Materiais

- 8.4.1. A CONTRATADA fornecerá todos os materiais necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser novos, de primeira qualidade e atender às especificações técnicas e normas da ABNT.
- 8.4.2. Eventuais substituições de materiais somente poderão ocorrer mediante aprovação prévia da fiscalização, sem ônus adicional para a Administração.

8.5. Do Licenciamento e Regularização

- 8.5.1. Compete à CONTRATADA promover, quando necessário, todos os procedimentos legais relativos ao licenciamento da obra junto aos órgãos competentes, arcando com os custos correspondentes e apresentando a devida comprovação à Administração.

8.6. Do Diário de Obras

- 8.6.1. A CONTRATADA deverá observar as disposições do Decreto Municipal nº 3.194/2025, mantendo atualizado o Diário de Obras, conforme exigido para obras públicas municipais.

CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo de outras previstas na legislação e neste contrato:

- I – fornecer à contratada todas as informações, documentos e condições necessárias à adequada execução do objeto contratual;
- II – efetuar os pagamentos devidos, nos prazos e condições estabelecidos neste contrato;



III – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor ou comissão designada, podendo, para tanto, solicitar esclarecimentos, determinar correções e adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento contratual;

IV – rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações contratuais, determinando sua correção ou substituição;

V – aplicar as sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em caso de inexecução total ou parcial do contrato;

VI – assegurar à contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa em todos os atos que possam resultar em sanções ou extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

10.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão formalmente motivada da Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2. A extinção poderá ocorrer:

I – por iniciativa da Administração, nas hipóteses legais, com as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021;

II – por iniciativa do contratado, nos casos previstos no §2º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições do art. 138 do mesmo diploma legal.

10.3. A extinção contratual deverá ser precedida de procedimento administrativo regular, no qual serão observados, no mínimo:

I – levantamento dos serviços já executados, total ou parcialmente;

II – apuração dos valores já pagos e dos eventualmente devidos;

III – cálculo de indenizações, multas ou eventuais compensações;

IV – análise da responsabilidade das partes;

V – notificação dos responsáveis pelas garantias contratuais, quando exigidas.

10.4. A extinção do contrato não exonera as partes do cumprimento de obrigações pendentes, especialmente quanto à responsabilidade por vícios, defeitos ou prejuízos decorrentes da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Das infrações administrativas

11.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o Contratado que:

11.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.1.4. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato, sem motivo justificado;



11.1.1.5. apresente declaração ou documentação falsa, ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.1.6. pratique ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.1.7. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou

11.1.1.8. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas

11.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

11.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

11.2.2.1. advertência, para a infração cometida, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2.2. multa, nas modalidades:

11.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos subitens 11.1.1.1. a 11.1.1.8;

11.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.2.2.3. moratória, pela não obtenção do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade dentro do prazo referido na Cláusula 16.49.2, de até 0,02% (dois centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento).

11.2.2.3. impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 11.1.1.2. a 11.1.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 11.1.1.5. a 11.1.1.8.

11.3. Da Aplicação das Sanções

11.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.3.2. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

11.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.



11.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

18.3.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30, nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou na Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, em especial seu art. 41.

11.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

11.3.8. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – SP.

11.4. Da execução da garantia contratual

11.4.1. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual.

11.4.2. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

11.4.3. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

11.4.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa não tributária.

11.4.5. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do contratante.

11.4.6. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO



12.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **6 (seis) meses**, contado da data de sua assinatura, abrangendo o período necessário à execução, recebimento provisório e definitivo do objeto.

12.2. O prazo de execução dos serviços será de **60 (sessenta) dias** conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro constante do Projeto Básico, e no termo de referência podendo ser prorrogado, mediante justificativa técnica e autorização da Administração, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.3. A prorrogação do prazo contratual não se vincula ao art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação por escopo, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à alteração contratual.

12.4. Toda prorrogação deverá ser formalizada mediante termo aditivo, previamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO COMPETENTE

13. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 14.133/21 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

13.1 E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, ____ de ____ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
NOME COMPLETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL

Empresa
Representante legal
Contratada

Fiscal do Contrato

1. _____

Nome completo

RG nº _____

Gestor do Contrato

2. _____

Nome completo

RG nº _____



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº. _____

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia consistentes no recapeamento asfáltico de vias públicas urbanas do Município de Tarumã/SP, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), compreendendo a execução de serviços preliminares, limpeza e preparação da superfície, pintura de ligação com emulsão asfáltica, aplicação de camada de rolamento com espessura média de 3 (três) centímetros, compactação e acabamento final, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto, conforme especificações constantes no Projeto Básico, Termo de Referência, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos do Edital.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, __ de _____ de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____



Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E VISTORIA TÉCNICA

Declaro, para os devidos fins, que tenho conhecimento do local onde se realizarão as obras e/ou serviços, _____, com pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, responsabilizando-me pela execução dos mesmos e pela fiel observância da execução do objeto de acordo com os projetos, memoriais e especificações técnicas, detalhes, catálogo de componentes e planilha orçamentária. Declaro, também, a concordância com os quantitativos, preços unitários e global apresentados, bem como demais elementos técnicos fornecidos pelo (a) [Órgão / Entidade Licitador] e, aceito, como sendo válida a situação em que se encontra o local para a realização do objeto desta licitação e pelo cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

OBRA:.....

MUNICIPIO DE

Nome da Empresa:

Processo nº

Edital nº

Município de/RS..... de de 20.....

Representante da Empresa
(Assinatura do representante)

Responsável Técnico da Empresa

(Nome, assinatura)



ANEXO III - DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2026 – Concorrência Obra nº ____/2026, a indicação do(a) Sr.(a) _____, como profissional legalmente habilitado(a), com registro no conselho profissional competente nº _____, detentor(a) de atribuições compatíveis com o objeto licitado, como responsável técnico pela obra/serviço licitado.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade





ANEXO IV

MODELO – CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

À

Secretaria Municipal de AGRO/OBRAS DE TARUMÃ/SP

Referência: Concorrência Obra n.º ____/2026 – Processo n.º ____/2026

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia consistentes no recapeamento asfáltico de vias públicas urbanas do Município de Tarumã/SP, com aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), compreendendo a execução de serviços preliminares, limpeza e preparação da superfície, pintura de ligação com emulsão asfáltica, aplicação de camada de rolamento com espessura média de 3 (três) centímetros, compactação e acabamento final, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto, conforme especificações constantes no Projeto Básico, Termo de Referência, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos do Edital.

Propomos à Secretaria Municipal de AGRO/OBRAS DE TARUMÃ/SP a execução do objeto da Licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o Edital, Condições Gerais de Contratos e Elementos Técnicos Instrutores da Licitação em referência.

1. O preço Global da proposta é de R\$ _____
(_____).

2. O prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de abertura dos Envelopes da Licitação.

_____, em ____ de _____ 2026.

Obs. Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso. Incluir dados bancários para pagamento.



ANEXO V – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO; (ANEXO)



ANEXO VI – PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS, DESENHOS TÉCNICOS E DEMAIS PEÇAS; (ANEXO)



**ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / ORÇAMENTO BASE DA
ADMINISTRAÇÃO.
(ANEXO)**



ANEXO VIII – MAPA DE RISCO (ANEXO)



ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

DECLARAÇÃO

Obs: Apresentar esta declaração acompanhada da CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL (Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil, conforme o caso).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____
nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____,
inscrita no C.N.P.J. sob nº _____,
Inscrição Estadual nº _____, neste ato
representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas
atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no
Processo Licitatório nº. ____/2026 – Concorrência Obras nº. ____/2026, sob as penas da Lei, que
a sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei
Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o
direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme
disposição contida no item 3, do presente Edital.

DECLARO, outrossim, que a empresa não está
enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC nº. 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os
efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº. documento identidade



DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2026 – Concorrência Obras nº. ____/2026, sob as penas da Lei, que inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade



DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2026 – Concorrência Obra nº. ____/2026, sob as penas da Lei, que cumpre e está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade



DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob pena de Lei, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2026 – Concorrência Obras nº. ____/2026, que a empresa(razão social/CNPJ) não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade



DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2026 – Concorrência Obras nº ____/2026, a indicação do Sr (a) _____, como engenheiro (a) Civil, sob o C.R.E.A. Nº _____, como sendo responsável técnico pela obra licitada.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade



DECLARAÇÃO

Eu, _____, engenheiro Civil,
registrado sob o C.R.E.A. N° _____:

DECLARO, para fins de participação no Processo Licitatório n°. ____/2026 – Concorrência Obras n° ____/2026, estar ciente e concordar com a minha indicação feita pela empresa _____, CNPJ n° _____, como responsável técnico do objeto desta licitação.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
N° documento identidade



DECLARAÇÃO “NÃO VÍNCULO MUNICIPAL”

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas das leis e para os devidos fins, que seu proprietário, e/ou sócios, e/ou gerentes, não possuem vínculo parentesco com o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários, na forma estabelecida pela Lei.

Tarumã, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade



DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a
Rua _____ nº ____ - (bairro), no
município de _____, Estado de
_____, inscrita no C.N.P.J. sob nº
_____, Inscrição Estadual nº
_____, neste ato
representada por seu (sócio/procurador), no
uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no
Processo Licitatório nº. ____/2026 – Concorrência Obras nº. ____/2026, sob as penas da Lei, que
está em cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e
para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas,
conforme Art. 63, IV da Lei Federal 14.133/21.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os
efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade



DECLARAÇÃO “QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA”

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas das leis e para os devidos fins, que a empresa _____, CNPJ nº _____, vencedora do processo licitatório nº _____, Modalidade _____, realizado para _____, no âmbito do Contrato de Repasse nº _____, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Tarumã, ____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade



MODELO DE PROCURAÇÃO

(Este modelo é facultativo, podendo ser utilizado outros modelos)

Eu,.....(sócio proprietário), residente na rua
....., na cidade de, portador da RG
..... e CPF....., venho por meio desta, nomear o
Senhor(a)....., portador do RG....., residente a
rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o
fim especial de representar a empresa, situada a rua
(Avenida)....., nº, na cidade de, Estado
de, CNPJ..... e Inscrição
Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã/SP, no edital de
Licitação Processo nº ____/2026, Modalidade Concorrência Obras nº ____/2026, para praticar
todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da minha empresa acima citada,
inclusive para assinatura do Contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____ de _____ de 2026.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável
Cargo do Responsável
Nº documento identidade

